



## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Parecer nº 14 /2020 da CCJR sobre o projeto de lei nº 09/2020, de autoria do vereador Rodrigo Mendes, que dispõe sobre o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais e sua flexibilização no comércio no Município de Pariquera-Açu diante de pandemia e dá outras providências.

### **I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME**

1. O projeto em epígrafe regulamenta o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais no Município de Pariquera-Açu, diante do enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID-19), nos termos do seu art. 1º.
2. Na Mensagem consta que o projeto se justifica, pois, *“é importante a rígida restrição na questão de saúde sanitária na flexibilização do comércio e uma fiscalização rigorosa por parte do Poder Executivo (...) o isolamento social continuará para aqueles que podem fazê-lo, contudo, a economia não pode parar radicalmente...(sic).”*
3. No parágrafo único do art. 3º, consta que os serviços não relacionados no Decreto Estadual nº 64.881 de 21 de março de 2020, terão o horário de funcionamento no Município regulamentado através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, que, ainda, que o proprietário do estabelecimento deverá fixar em local visível o horário de seu funcionamento.
4. Já o art. 4º, define medidas sanitárias a serem adotados pelo comércio, tais como: o distanciamento social; restrições de atendimento ao público e uso de máscaras.



5. A proposta dispõe que a norma terá vigência durante o período de calamidade pública municipal, bem como há solicitação de que a matéria tramite em regime de urgência.

6. É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

7. Compete a esta Comissão Permanente se pronunciar sobre a **constitucionalidade, juridicidade ou legalidade e técnica legislativa** de projetos de lei submetidos a sua apreciação por força regimental, de acordo com o art. 46, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno.

8. A matéria é de interesse local, nos termos do art. 30, I, da Constituição da República Federativa do Brasil, e a iniciativa é comum, nos termos do art. 44 da Lei Orgânica Municipal.

9. No que se refere à técnica legislativa, o projeto obedece aos termos da Lei Complementar n. 95 de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

11. **No mérito**, nota-se que o art. 3º e seu parágrafo único faz remissão às orientações do Ministério da Saúde acerca dos serviços essenciais e que tais atividades terão o horário de funcionamento regulado por decreto do chefe do Poder Executivo quando não estiverem relacionados no Decreto Estadual nº 64.881 de 21 de março de 2020.

12. Neste ponto, a proposta contraria o disposto no art. 299 do Código de Posturas (Lei Complementar 09/2003), o qual já estabelece o horário de funcionamento dos comércios, sendo que não caberia alterar a referida norma por meio de lei ordinária.

13. Cumpre observar que o Município, embora tenha autonomia para legislar sobre questões de saúde, não pode contrariar as diretrizes estabelecidas pelo União





e pelo Estado de São Paulo. Assim sendo, não seria crível o Município definir o que seriam serviços essenciais, posto que estes já estão discriminados no Decreto Federal nº 10.282 de 20 de março de 2020.

**14.** Além disso, o art. 2º da Lei Municipal nº 006 de 13 de maio de 2020 estabelece que “O Poder Executivo pode adotar medidas de contenção da pandemia decorrentes da Covid-19 por meio de decreto regulamentar, com estrita observância às disposições legais estabelecidas em âmbito nacional e estadual, em especial à Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e o Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020, que dispõe sobre os serviços e atividades essenciais”.

**15.** Nesse sentido, a aprovação da proposta do vereador Rodrigo Mendes atua de modo a conflitar com o que já foi estabelecido em deliberação nesta Casa de Leis sobre medidas, sanções e procedimentos para o enfrentamento da pandemia.

**16.** Não bastasse isso, o art. 4º da proposta do vereador Rodrigo Mendes também entra em conflito com a norma aprovada nesta Casa de Leis, haja vista que define parâmetros para atendimento em todos os estabelecimentos, enquanto a Lei 006/2020 já prevê em seu art. 2º que tais medidas foram delegadas ao Poder Executivo para serem adotadas por meio de decreto regulamentar.

**17.** No mais, o uso obrigatório de máscaras já foi estabelecido por meio de Decreto Estadual e, na data de ontem, (19/05/2020), a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que estenderá a obrigatoriedade em todo o território nacional, sendo que, no momento, a matéria está pendente de deliberação do Senado e posterior sanção do Presidente da República.

**18.** Da mesma forma, o art. 5º que prevê a suspensão de todos os eventos e festas públicas e particulares, o art. 6º e 7º que disciplina o uso de máscaras já estão devidamente contidas na delegação dada pelo Poder Executivo pela Lei nº 006/2020.

**19.** É importante observar que o art. 8º estabelece que o Poder Executivo deve oferecer facilidades para que a pessoa física ou jurídica possa solicitar serviços decorrentes do poder de polícia, entretanto não especifica quais seriam tais “facilidades”, o que prejudica tanto a interpretação como a aplicação da norma.





## CÂMARA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: [www.parqueraacu.sp.leg.br](http://www.parqueraacu.sp.leg.br)

Correio eletrônico: [camara@camaraparquera.sp.gov.br](mailto:camara@camaraparquera.sp.gov.br)

20. O art. 9º e 10 são redundâncias do que já está estabelecido na Lei 006/2020 acerca das infrações, penalidades e procedimentos a serem tomados no âmbito da fiscalização do Município.

21. Diante disso, a aprovação da proposta do vereador Rodrigo Mendes, além de já estar regulamentada pela Lei 006/2020 no âmbito do Município, conflita com a referida norma atuando em prejuízo daquilo que foi estabelecido como competência do chefe do Poder Executivo, tendo em vista que as medidas a serem tomadas para contenção da pandemia devem ser objeto de decreto regulamentar, posto que podem mudar no tempo, conforme a resposta das restrições que já constam nas normas editadas até o presente momento.

### III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, nosso voto é no sentido de que a proposta, apesar de ser constitucional é juridicamente inviável, devendo ser rejeitada pelo plenário, posto que a Lei Municipal nº 06/2020 já dispõe que é competência do Chefe do Poder Executivo regulamentar as medidas a serem adotadas no período de pandemia e o projeto de lei apresentado contraria a citada norma.

**Por fim, registramos que, para que a presente propositura seja aprovada será necessário o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara (cinco votos), em um único turno de votação, nos termos do disposto no § 2º do art. 48 da Lei Orgânica.**

Sala das Comissões, 20 de 05 de 2020.

**ARNALDO LOURENÇO**

Relator

*“Deus seja louvado”*



# CÂMARA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: [www.pariqueraacu.sp.leg.br](http://www.pariqueraacu.sp.leg.br)

Correio eletrônico: [camara@camarapariquera.sp.gov.br](mailto:camara@camarapariquera.sp.gov.br)

## PELAS CONCLUSÕES:

**MILTON TICACA**  
Presidente

**RODRIGO MENDES**  
Membro

Voto do membro.

CONSIDERO QUE OS ITENS 11, 12, 15, 17, 18, 20 E 21 NÃO  
FORAM CLAROS E OUTROS DIVERGENTES DE MATÉRIAS ANTERIORES, POR  
FIM MESMO O RELATOR CONSIDERANDO CONSTITUCIONAL NÃO REJEITOU  
CLARO A INVIABILIDADE JURÍDICA DO PROJETO.  
CONCLUSÃO: CONTRA O VOTO DO RELATOR E A FAVOR DO PROJETO  
Assinatura: 26/5/2020 19:39.